

Compulsório pode taxar até viagem ao exterior

Brasília — Após prolongadas reuniões da equipe do Ministério da Fazenda no final da semana, o pacote anticonsumo do governo começa a tomar forma. A medida considerada mais provável é a instituição de taxas extras (sob a forma de empréstimos ou aquisição compulsória de ações de empresas públicas sobre os preços de automóveis, gasolina, álcool carburante e contas de luz, como também sobre os preços das passagens aéreas internacionais ou os dólares vendidos a turistas para viagens ao exterior).

Ainda não está claro como é que o governo vai impedir que a criação dessas taxas seja considerada pela população uma forma de descongelamento de preços, embora em Brasília se especule que este aumento não seria computado no cálculo da inflação. Ignora-se, também, como o governo pretende aplicar estas taxas sobre a venda de gasolina e álcool carburante, já que, no sistema atual, os postos de serviço não fornecem qualquer comprovante da compra do combustível ao consumidor.

Novas taxas

O conjunto de medidas que será divulgado pelo Presidente José Sarney essa semana é muito mais amplo do que se vem falando e configura efetivamente uma segunda etapa do Plano Cruzado e não um simples ajuste da reforma monetária decretada em 27 de fevereiro passado. Essa revelação foi feita ao JORNAL DO BRASIL por um ministro de Estado que também garantiu que virão medidas de impacto popular no bojo do novo pacote.

As taxas extras a serem acrescidas aos preços dos serviços e produtos que vêm apresentando consumo considerado exagerado deverão variar entre 30% e 40% dos preços atuais e possivelmente serão transformadas em ações de empresas públicas do setor (no caso dos combustíveis e contas de luz) ou serão consideradas empréstimos compulsórios a serem instituídos num prazo de dois anos (como é o caso das taxas a serem cobradas nas vendas de automóveis).

Fontes de financiamento

A intenção do governo é empregar os recursos que serão arrecadados por esses mecanismos para financiar os investimentos públicos dos setores atualmente em dificuldades, principalmente dos setores siderúrgico e elétrico. Essas receitas extras serão incluídas entre as fontes de financiamento do Plano de Metas, informou o ministro da Administração, Aluísio Alves.

Os dois principais auxiliares do ministro Dilson Funaro — os professores Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manoel Cardoso de Mello — e o diretor da Área de Mercado de Capitais do Banco Central, Luiz Carlos Mendonça de Barros, passaram o domingo reunidos com a equipe

da consultoria jurídica da Presidência da República, chefiada por Sául Ramos.

A forma jurídica das medidas a serem baixadas começou a ser definida nessa reunião, que foi realizada no anexo do Palácio do Planalto. Não está descartada a possibilidade de que o Presidente Sarney seja obrigado a recorrer novamente ao decreto-lei, como ocorreu na implementação do Plano Cruzado, embora a intenção seja evitar a utilização desse instrumento. Segundo um dos membros da consultoria jurídica do Presidente, muitas das medidas serão instituídas através de projetos-de-lei a serem submetidos à aprovação do Congresso Nacional.

A base desse novo pacote é conter o consumo e estimular a poupança, alertou um ministro de Estado, que justificou a cobrança de taxa compulsória sobre dólares para viagens ou passagens aéreas para o exterior como uma maneira de evitar a crescente evasão de divisas que vem se verificando desde a decretação do Plano Cruzado.

— O Cruzado é uma moeda forte mas está sendo todo gasto em Miami, comentou o ministro.

A amplitude do pacote em preparação foi confirmada ao JORNAL DO BRASIL por mais de uma fonte governamental. Essa nova ofensiva do governo na área econômica, segundo uma dessas fontes, é resultado das discussões entre a equipe econômica e o Presidente Sarney na reunião realizada em Carajás, no final de maio passado.

Naquele histórico encontro, a equipe comandada por Dilson Funaro demonstrou ao Presidente o completo esgotamento dos mecanismos de financiamento do governo e a perspectiva de explosão do déficit do setor público em 1986 caso não fossem tomadas urgentes medidas administrativas. De lá para cá, a situação se agravou ainda mais com a escassez de diversos produtos provocada pelo superaquecimento do consumo, o que tornou inevitável a intervenção do governo não apenas para restaurar suas fontes de financiamento como para assegurar a própria sobrevivência do Plano Cruzado.

Os ministros João Sayad, do Planejamento, e Aluísio Alves, da Administração, reuniram-se no final da tarde de ontem para acertar os detalhes finais do decreto de modificação da estrutura das empresas estatais e o projeto sobre o novo estatuto do funcionalismo público. Aluísio Alves acredita que a reunião marcada para hoje entre ele e os ministros da Fazenda e do Planejamento deverá definir não só a reforma administrativa como também o Plano de Metas.

“Não há prazo para terminar o trabalho mas o nosso desejo é entregar tudo para o presidente na terça-feira”, disse ele.